

Antonio Gramsci

Cadernos do cárcere, vol. 1, RJ, Civilização Brasileira, 1999, 496 p.
(tradução e introdução de Carlos Nelson Coutinho)
Marcos del Roio (professor da Unesp, campus de Marília)

A imprensa e o mundo acadêmico saudaram, com justificada satisfação, o lançamento dos *Cadernos do cárcere*, título bastante conhecido do ainda mais conhecido revolucionário sardo-italiano, Antonio Gramsci. Em menos de uma semana (no mês de abril deste ano) a *Folha de S.Paulo* publicou dois comentários de destaque sobre o livro, um de Alfredo Bosi e outro de Otavio Frias Filho, chamando atenção para a importância do lançamento. (Isso depois de já haver, em novembro de 1999, dedicado quatro páginas sobre Gramsci e o novo empenho editorial.) O que tem sido de certa forma elidido é uma informação de crucial importância: a de que não se trata da edição crítica dos *Cadernos do cárcere*, organizada no Instituto Gramsci pela equipe de Valentino Gerratana e lançada pela Einaudi editore em 1975, como se poderia esperar, criando-se, assim, uma falsa expectativa.

O livro, que ora vem a público sob o título de *Cadernos do cárcere*, é apenas o primeiro de um conjunto de 11 volumes que compõem as *Obras* de Gramsci, editadas por Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira, tendo por base – no que tange os *Cadernos do cárcere* propriamente ditos – a edição temática organizada por Palmiro Togliatti cinquenta anos atrás, tendo sido os textos reagrupados e acrescidos de informações e complementos presentes na edição crítica de Valentino Gerratana, além da assimilação de algu-

mas sugestões de Gianni Francioni. Os seis volumes previstos para os *Cadernos* serão completados com três volumes de cartas e dois volumes de escritos do período pré-carcerário.

Mas foi a edição crítica dos anos 70 – de notável celebridade – que apresentou a obra do prisioneiro Gramsci, pela primeira vez, quase na sua inteireza e seguindo uma ordem – na medida do possível – rigorosamente cronológica. Essa edição permitiu uma nova compreensão do pensamento de Gramsci e abriu uma nova série de polêmicas que não podem ser reduzidas a meras questões filológicas, mas que fazem parte de um aceso debate político-cultural.

Foi tão-somente com essa edição que pôde ser perscrutado o antes oculto processo de construção do complexo universo categorial gramsciano e da progressão de suas formulações teórico-críticas, em meio a um conjunto de temas aparentemente díspares. A publicação da edição crítica dos *Cadernos do cárcere* propiciou ainda um reforço significativo na difusão da obra de Gramsci pelos quatro cantos do mundo, incluindo o Brasil. Convém lembrar, no entanto, que, assim como os homens e as mulheres quando migram se encontram com outras experiências e provam outros terrenos de luta, também as obras escritas devem fazer as contas com o ambiente cultural que as recebe.

As anotações do mais importante detido do cárcere de Turi, inimigo irre-

conciliável do fascismo e de toda forma de domínio do capital, têm uma trajetória que se confunde com a projeção do nome de Gramsci como um dos mais fecundos pensadores marxistas do século XX. Se Tatiana Schucht não tivesse se empenhado até o limite para salvar as anotações de Gramsci, logo após sua morte, e para evitar sua dispersão, hoje o nome de Gramsci seria apenas um a mais na vasta galeria de vítimas do fascismo. Enviado para a URSS em 1938, em função da guerra, as notas de Gramsci não puderam ser publicadas, embora Togliatti já as tivesse estudado com empenho.

Com o final da guerra e a derrota do fascismo, os cadernos retornaram à Itália e puderam ter andamento os trabalhos de preparação editorial. Uma seleção de *Cartas do cárcere* foi publicada em 1947, pelos dez anos da morte de Gramsci, e antecipando a publicação dos cadernos que ocorreria entre 1948 e 1951, já no clima da “guerra fria”. A opção de Togliatti e dos editores foi a de separar os trabalhos de Gramsci por temas e publicá-los em seis volumes, com títulos escolhidos na ocasião. O impacto da obra gramsciana foi notável em todos os anos subseqüentes, mas não pôde deixar de ressentir-se do peso condicionante da opção feita pela publicação temática – que já pressupunha uma certa leitura – e também da orientação política do PCI, particularmente após 1956.

Gramsci agora não era mais tão-somente um mártir do fascismo, mas era também um grande intelectual italiano, que refletira sobre os limites do *risorgimento* e antecipara a estratégia da via nacional ao socialismo, conforme idéia que ganhou ampla guarida no conjunto do movimento comunista na segunda

parte dos anos 50, inclusive no Brasil. Com uma grande precedência em relação a outros países mais próximos, em 1966, já instaurada a ditadura militar-burguesa, tem início no Brasil a publicação dos textos carcerários de Gramsci, por iniciativa de Ênio Silveira, editor da Civilização Brasileira. As *Cartas do cárcere*, com tradução e seleção de Noênio Spínola, foram publicadas em 1966, seguidas de perto pela edição da *Concepção Dialética da História*, texto traduzido por Carlos Nelson Coutinho (então com 23 anos de idade). Esse último título foi escolhido por Ênio Silveira, preocupado com a censura, para substituir o nome original da Einaudi editore *O materialismo histórico e a filosofia de Benedetto Croce*.

No ano de 1968 veio a lume o volume *Maquiavel, a política e o Estado moderno*, traduzido por Luíz Mário Gazzaneo, seguido por *Os intelectuais e a organização da cultura* e *Literatura e vida nacional*, ambos com tradução e apresentação de Carlos Nelson Coutinho. O agravamento da situação política no Brasil, com o aprofundamento do regime ditatorial, não permitiu a publicação dos demais volumes dos *Cadernos do cárcere*, *O risorgimento* e *Passado e presente*. A publicação da obra de Gramsci no formato proposto por Togliatti, graças ao empenho de um editor e de alguns jovens intelectuais ligados ao PCB, incidindo sobre a cultura política predominante no Brasil numa conjuntura que privilegiava a *ação*, não permitiu que se percebesse no revolucionário italiano mais que um teórico da cultura e das superestruturas. O resultado foi que essa iniciativa pioneira teria que aguardar uma outra ocasião para germinar e apresentar seus frutos.

A edição crítica da equipe de Valentino Gerratana foi publicada em 1975, coincidindo com o fortalecimento do PCI e com a proposição do que ficaria conhecido como “eurocomunismo”. Foi o ápice de um período marcante de difusão do nome e da obra de Antonio Gramsci, inclusive em países vizinhos da Itália, nos quais, paradoxalmente, suas idéias não haviam conseguido penetrar. No Brasil, na segunda metade dos anos 70, em função dessa difusão do nome de Gramsci, agora associado ao “eurocomunismo” e aos temas da “sociedade civil” e da “democracia”, e do declínio da ditadura, as obras do revolucionário comunista ganharam uma nova edição e um grande sucesso.

Acompanhando a reedição das obras publicadas nos anos 60, chegou ao Brasil um bom número de textos de “leitores” de Gramsci, em grande parte autores em voga na Itália ou simpáticos ao “eurocomunismo”, mudando o foco das interpretações de Gramsci no Brasil: de um teórico da cultura para um teórico da política que via a “sociedade civil” como locus da “guerra de posição” e da “estratégia democrática” em países do “Ocidente”. A confusão entre luta pela “hegemonia” e ampliação do “consenso” na busca pela democracia – entendida como “valor universal”, segundo a sugestão de Enrico Berlinguer –, indicava claramente a prevalência de uma leitura de Gramsci que poderia facilmente ser identificada como reformista (sem qualquer implicação pejorativa) entre aqueles que compunham o heterogêneo grupo de intelectuais que se empenhavam na difusão do nome e da obra gramsciana no Brasil.

Assim, o momento de maior difusão da obra de Gramsci no Brasil ocorre pelo

influxo da edição temática togliattiana, pela incidência do “eurocomunismo” do PCI e pela reflexão de muitos “leitores” do revolucionário sardo, no Brasil e na América Latina, mas não pela publicação da edição crítica de Gerratana, acessível a poucos. Pensou-se então vislumbrar na complexidade dos escritos carcerários, não só uma chave de interpretação da realidade do continente, como indicativos de como enfrentar as persistentes situações ditatoriais, por um caminho diferente do enfrentamento proposto por setores revolucionários influenciados pelo guevarismo e pelo chamado “terceiro-mundismo”, que em tão grave derrota havia redundado.

Da política, a obra de Gramsci transitou para a academia, onde foi “moda” por algum tempo, incidindo muito no campo da Pedagogia e do Serviço Social. A chave de leitura predominante entre aqueles intelectuais vinculados à tradição pecebista, centrada na categoria de “sociedade civil”, possibilitou que as categorias gramscianas (ou pretensamente gramscianas) fossem absorvidas também por católicos e liberais. O resultado foi que, em breve tempo, gestou-se uma “vulgata” das idéias e do universo categorial de Gramsci, que pode ser encontrada em documentos sindicais, partidários e de movimentos sociais.

O refluxo das idéias de Gramsci e sua vulgarização ocorreu em conexão ao declínio histórico do grande e influente PCI e do frágil e pequeno PCB. Aquele Gramsci lido por um viés de “direita”, visto como contraponto a Lenin e não como uma obra de aprofundamento de uma mesma agenda em circunstâncias de grave derrota da revolução socialista internacional, foi facilmente trocado por

Norberto Bobbio, filósofo italiano continuador da tradição liberal de um Piero Gobetti e Carlo Rosselli. A maior parte daquele grupo de intelectuais, que se vinculou ao desenvolvimento do debate político cultural ligado ao PCI, seguiu um caminho análogo ao da intelectualidade italiana diante da “crise do marxismo”, ou seja procurou em Bobbio ou em Habermas uma via de superação, deixando Gramsci em segundo plano e Lukács abandonado, tendo manifestado sua adesão à dissolução do PCI.

O dilacerante debate ocorrido na Itália sugeria o predomínio daqueles que entendiam ser um autor datado e superado pela história, sendo identificado com o neo-idealismo filosófico e como um antidemocrático. O núcleo da disputa tem ficado no campo das questões filológicas e indica a derrota ideológica do marxismo de Gramsci, teórico da revolução socialista. De outra parte, a polémica no Brasil se ressentiu fortemente da ausência da disponibilidade da edição crítica dos *Cadernos*, limitado àquela incompleta edição temática, quando não a textos de comentadores, reduzindo a compreensão dos escritos de Gramsci.

As dificuldades editoriais para publicar no Brasil a edição crítica dos *Cadernos do cárcere*, composta por Valentino Gerratana parecem haver estimulado Carlos Nelson Coutinho a intentar uma versão que tem muito de inédito, embora

preserve o fundamento da edição temática. A edição, agora lançada no Brasil, informa o leitor da data de redação dos diferentes cadernos carcerários, como faz a edição lançada pelos Editori Riuniti em 1977, com apresentação de Luciano Gruppi, e separa os cadernos miscelâneos dos cadernos temáticos, conforme a sugestão de Gianni Francioni, crítico convicto da edição de Gerratana.

Essa forma de publicação certamente traz também consigo uma determinada leitura desse que sem dúvida é o maior conhecedor da obra de Gramsci no Brasil. O volume apresenta os cadernos 11 e 10 que tratam de Filosofia e do pensamento de Benedetto Croce, além dos textos dos cadernos miscelâneos que tratam de temas conexos. A pesada dúvida que permanece é se essa edição será capaz de sanar a lacuna de uma leitura da obra de Gramsci que possibilite a compreensão de sua dialética construtiva da crítica do real e dos conceitos, sem que surjam aparentes contradições. Seria a única forma de superar a vulgarização e as leituras ideológicas que se esforçam por fazer de Gramsci um autor de esquerda palatável até para a grande imprensa neoliberal, e que ocultam o continuador da agenda teórica de Lenin – enriquecida pelo nexos com Maquiavel –, defensor da fundação de um Estado operário e da emancipação da humanidade de todos grilhões do capital.

DEL ROIO, Marcos. Resenha de: GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, 496 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 135-138.

Palavras-chave: Gramsci; Cadernos do cárcere; Socialismo.